

É hora de ousar!

Novo manifesto dos professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS: em favor da adoção de políticas públicas efetivas para o combate aos impactos da pandemia

Em 25 de março do corrente ano, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE-UFRGS) lançou o Manifesto “**Diretrizes e medidas de combate à pandemia do coronavírus e para a recuperação da economia**”.

Procurava-se, naquele momento, fazer um mapeamento inicial sobre as medidas adotadas em diversos países para lidar com os efeitos primários e secundários da pandemia. E, mais importante, foram apresentadas inúmeras sugestões para seu enfrentamento no caso do Brasil.

Em continuidade, a FCE-UFRGS passou a disponibilizar trabalhos de docentes no seu portal e redes sociais, detalhando vários dos aspectos delineados no Manifesto e oferecendo novas perspectivas de análise e sugestões de reorientação de políticas nas suas diversas áreas de especialidade. Visto em perspectiva mais ampla, a Faculdade procura se alinhar ao esforço mais geral da UFRGS em mobilizar seus talentos e competências para contribuir com as sociedades sul-rio-grandense e brasileira em um momento tão dramático de nossa história.

Agora, voltamos a nos manifestar de forma coletiva para conclamar os tomadores de decisão e a sociedade em geral a se mobilizar no enfrentamento do que consideramos ser os maiores obstáculos diante de nós: **a falta de conhecimento sobre a realidade objetiva e o obscurantismo ideológico**. E convidamos professores e investigadores de economia e economistas de várias instituições para se somarem ao nosso chamado em prol da razão e do conhecimento científico.

A realidade reconhecida pelo mundo civilizado é de que a crise atual é extremamente grave em todas as suas dimensões (ver, a propósito, www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/covid19-special-notes; www.iif.com; voxeu.org; www.un.org/en/coronavirus; e www.ineteconomics.org). Mesmo que com hesitações iniciais, as autoridades sanitárias das regiões mais fortemente atingidas pela pandemia adotaram políticas de distanciamento social e, no limite, quarentenas extremamente restritivas. Isto foi feito para “achatar a curva epidemiológica”, vale dizer, para refrear a contaminação e salvar vidas humanas.

Até aqui, há evidências de que as lideranças políticas e sociais que seguiram as orientações dos especialistas nas áreas da saúde e em outras áreas de conhecimento lograram minimizar os sofrimentos individuais e coletivos de suas comunidades. Já os que se afastaram deste caminho parecem contribuir para que as dificuldades em curso se potencializem. Somente no futuro teremos elementos mais objetivos para analisar o que funcionou e o que não deu certo na luta contra um inimigo tão perigoso.

No momento, trata-se de agir, com ousadia e contundência. Na área da saúde, os especialistas trabalham de forma diuturna para a descoberta de vacinas e tratamentos comprovadamente seguros, o que dará a tranquilidade para que a vida social e econômica se normalize. Já na área da economia, há vacinas testadas, cujos benefícios e riscos são relativamente conhecidos e manejáveis. Em especial, a Ciência Econômica provê alternativas para o equacionamento de crises econômicas. Exemplos neste sentido

são os novos esquemas de financiamento e redistribuição dos riscos financeiros em contextos de graves rupturas econômicas, como nos casos das crises financeiras de 1929 (a “Grande Depressão”) e de 2007-2009 (a “Grande Recessão”).

O ambiente que se seguiu à crise de 1929 foi propício para o desenvolvimento dos instrumentos modernos de gestão macroeconômica e de regulação financeira. Depois de 2008, com uma nova ruptura nos sistemas financeiros das economias maduras, as autoridades monetárias voltaram a ousar. Os bancos centrais ampliaram a liquidez global e financiaram seus Tesouros e instituições privadas pela compra de ativos e expansão dos seus balanços. Agora, uma vez mais, as autoridades monetárias não estão se furtando a agir e “criam moeda” para financiar suas economias e absorver o risco sistêmico.

Em 2007, antes da crise financeira global, os balanços dos bancos centrais dos Estados Unidos, da área do Euro, do Japão e da China somavam ativos da ordem de US\$ 5 trilhões. Em março de 2020, tal montante chegou a US\$ 21,6 trilhões (dados consolidados em: www.yardeni.com/pub/peacockfedecbassets.pdf). Portanto, em pouco mais de uma década, os bancos centrais quadruplicaram os meios de pagamento de suas economias sem que isso gerasse qualquer pressão significativa sobre os preços de bens e serviços. Da mesma forma, as expectativas inflacionárias seguiram estáveis. A maior expansão de liquidez da história conhecida não gerou inflação adicional significativa naquelas economias.

Sabemos que esta política tinha por objetivo manifesto evitar uma queda generalizada nos preços dos ativos financeiros, o que poderia agravar ainda mais a crise financeira que então se desenhava como a maior desde 1929. E, com isso, foram evitadas repercussões ainda mais negativas sobre o emprego e a renda. Retrospectivamente, não parece haver dúvidas de que tal estratégia foi bem-sucedida. Porém, também sabemos que, no modo como foi conduzida, gerou efeitos colaterais bastante negativos, como a ampliação dos desequilíbrios distributivos e a perda de confiança das sociedades na democracia.

Na atual conjuntura, a “máquina de criar dinheiro” dos Estados nacionais voltou a ser acionada. Assim, por exemplo, o balanço do FED reportou ativos totais de US\$ 6,6 trilhões no dia 30 de abril de 2020, com um aumento de mais de 50% em comparação com os valores observados no começo do ano. O ritmo atual de compra de ativos (e criação de liquidez) do banco central estadunidense é de cerca de US\$ 40 bilhões por dia útil. Tais medidas intensificaram um importante debate em teoria econômica sobre possíveis consequências, sendo uma delas a inflação. Porém, a inflação segue bem-comportada, até porque o avanço corrente no desemprego é o mais rápido que se tem registro na história moderna. Como imaginar que haverá pressões inflacionárias diante de um quadro dramático no qual 30 milhões de estadunidenses perderam seus empregos em pouco mais de um mês? A realidade estadunidense não é isolada e reflete a profundidade da crise em curso.

Diante desta realidade complexa, os signatários deste documento reconhecem que as medidas já anunciadas pelo governo federal do Brasil de apoio às famílias, às empresas e aos governos locais (municípios e estados) se alinham às tendências globais exigidas pela gravidade do momento. Saudamos, também, o Congresso Nacional, que não tem se furtado no cumprimento de sua missão institucional. E, com renovada admiração, manifestamos o nosso mais profundo apreço pelo trabalho dos profissionais da área da

saúde, especialmente aqueles dedicados ao SUS e às instituições públicas de ensino e de pesquisa.

Todavia, entendemos que o debate brasileiro precisa amadurecer e que as políticas públicas precisam ser mais robustas e ousadas. Não podemos ficar presos aos preconceitos ideológicos e às falsas dicotomias. A pandemia do COVID-19 é uma tragédia humanitária de grandes proporções e está produzindo efeitos profundamente disruptivos sobre a sociedade. As perdas de vida e os adoecimentos gerados pela emergência sanitária suscitam absoluta solidariedade com as famílias diretamente afetadas e a necessidade de implantação de medidas efetivas no sentido de mitigar mortes e sofrimentos, bem como de resgatar a esperança em nossa economia e sociedade. Neste contexto, o Estado brasileiro precisa contar com um arsenal mais amplo e efetivo de instrumentos de política econômica.

Até o momento, a medida mais efetiva de combate à pandemia reside no distanciamento social. A adoção da estratégia de isolamento social implica dificuldades para todos, em especial para os mais pobres e mais frágeis diante da ruptura do fluxo da atividade econômica. Os impactos são conhecidos por todos; associam-se à redução da produção e da demanda por bens e serviços. Afetam de modo particularmente severo as famílias de menor renda, sobretudo aquelas cuja inserção laboral ocorre no setor de serviços.

Empresas, especialmente as micro, pequenas e médias, sofrem significativos prejuízos que ameaçam sua existência. União, Estados e Municípios defrontam-se com o desafio imediato de custear as ações de combate à disseminação da doença e de tratamento dos infectados, bem como de minimizar os impactos sociais e econômicos da emergência sanitária, num contexto de forte contração da arrecadação tributária.

Assim, diante das graves condições em que o país se encontra, este Manifesto conclama o Congresso Nacional e as lideranças da sociedade que reconheçam a importância das experiências internacionais mais bem-sucedidas no enfrentamento das crises econômicas, particularmente a atual. E, com isso, que promovam as medidas necessárias para minimizar os seus efeitos no Brasil. Em especial, enfatiza-se aqui a adoção das seguintes medidas e diretrizes, algumas delas adicionais àquelas anunciadas no Manifesto de março:

- Permitir que, em caráter excepcional, o Banco Central possa comprar títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional.
- Financiar programas de transferência de renda para os segmentos mais vulneráveis da sociedade por meio da emissão de dívida pública a ser adquirida pelo Banco Central do Brasil (BCB). O tamanho destes programas deverá ser calibrado em função do contingente de pessoas que está sem ocupação no período da pandemia.
- Financiar programas de expansão sustentada e de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), igualmente por meio da emissão de dívida pública a ser adquirida pelo Banco Central do Brasil, ampliando a oferta de serviços públicos de saúde à população.
- O mesmo expediente deverá ser utilizado, também em caráter excepcional, quando da retomada das atividades econômicas por meio de programas de obras públicas, com foco no investimento amplo em saneamento, inclusive para fins de absorção da mão de obra ociosa ainda por decorrência da maior vulnerabilidade do tecido econômico. Em termos gerais, o investimento em infraestrutura deverá necessariamente contemplar recursos públicos e privados.

- Interromper imediatamente a política de venda de reservas internacionais. As pressões no mercado cambial devem ser minimizadas por instrumentos alternativos, como a venda de contratos de *swap*. As vendas pontuais de ativos de reserva devem ser feitas somente com compromisso de recompra, de modo a preservar a integralidade dos seus níveis atuais.
- Usar integralmente os saldos dos depósitos compulsórios para o financiamento de um programa de investimentos públicos e privados em infraestrutura, com ênfase em obras de saneamento, habitação, transporte público, energias renováveis e preservação do meio ambiente. No final de abril de 2020, tal saldo era de R\$ 383 bilhões (ou 5,2% do PIB). A emissão de títulos públicos e o uso dos fundos constitucionais poderá complementar este esforço. Os bancos públicos, especialmente os federais, deverão ser os instrumentos centrais para a realização das operações de financiamento.
- Reconstituir os níveis de financiamento à pesquisa básica e aplicada aos padrões reais médios do período 2012-2015 (com reposição integral da inflação), particularmente dos órgãos federais de fomento e pesquisa (CNPq, Capes, Finep, Fiocruz etc.).

Nas sociedades modernas, uma das principais dimensões da posição peculiar ocupada pelo Estado é o monopólio na emissão de meios de pagamento. Em momentos de crise, “cria” poder de compra geralmente direcionado aos bancos com os objetivos de preservar a higidez do setor e fornecer recursos aos agentes econômicos por meio de operações de crédito. No entanto, a crise atual exige bem mais do que isto. É necessário um esforço sistêmico para transferir poder de compra diretamente às famílias mais fragilizadas; às empresas comprometidas com a sustentação do emprego; aos Estados e municípios, entes federativos responsáveis pela prestação direta de serviços essenciais à cidadania brasileira e que enfrentam forte retração em sua arrecadação. E para que a própria União consiga agir de modo eficiente na retomada da economia.

As iniciativas que listamos aqui, se bem coordenadas entre as diferentes esferas de governo, poderão oferecer ao país uma retomada da atividade econômica com um horizonte de desenvolvimento de longo prazo. O norte orientador das políticas econômicas deve ser o de minimizar toda a forma de sofrimento desnecessário, particularmente aquele que ameaça as nossas famílias e empresas. Ainda que não componham uma lista exaustiva, as medidas e diretrizes arroladas indicam vetores básicos para uma política de recuperação e desenvolvimento econômico que responda às necessidades efetivas do país como um todo e não apenas de grupos mais bem aquinhoados.

Os signatários deste documento acreditam que é um imperativo moral lançar mão de todas as ferramentas e instrumentos de política econômica utilizados com sucesso em outros países, especialmente por meio da expansão quantitativa do balanço do Banco Central. Restrições auto impostas e posições dogmáticas operam apenas no sentido de potencializar os danosos efeitos da crise sobre o tecido social. O momento demanda um compromisso decisivo de todos com a solidariedade social. Com base na experiência internacional recente e diante da forte depressão econômica em gestação, entendemos que a injeção de dinheiro novo na economia pela compra de títulos do Tesouro por parte do BCB poderá criar o necessário poder de mobilizar fatores produtivos, sem gerar pressões inflacionárias significativas no curto prazo. Se este risco se colocar no futuro, o BCB poderá atuar no sentido de preservar a estabilidade monetária e financeira.

Enfatizamos que tal medida deverá ter um caráter excepcional e não substitui o importante debate sobre a reorganização das finanças públicas do país. Assim como no caso da saúde, acreditamos que as políticas públicas na área econômica precisam se fundar em preceitos científicos e morais. A ciência nos fornece elementos objetivos de observação da realidade, ao passo que a moral no indica quais caminhos devem ser trilhados para preservar a coesão social e garantir que as pessoas possam desenvolver plenamente os seus potenciais.

Os signatários deste documento, não obstante suas distintas visões de mundo e mesmo sobre pormenores da aplicação das medidas acima listadas, compartilham o desejo de se construir uma sociedade mais justa e valorizam o debate público racional e o respeito à pluralidade. Entendemos que o obscurantismo ideológico, em todas as suas formas de manifestação, representa um grave obstáculo a ser superado para que a sociedade brasileira possa sair deste momento de crise. E, acima de tudo, acreditamos na importância da educação e da ciência, que são as fronteiras últimas que nos separam da barbárie.

Subscvem os professores ativos e aposentados da Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS (em ordem alfabética / atualizado em 7 de maio):

Achyles Barcelos da Costa

Doutor em Economia, UFRJ

Alessandro Donadio Miebach

Doutor em Economia, PUCRS

Ana Lúcia Tatsch

Doutora em Economia, UFRJ

André Luiz Reis da Silva

Doutor em Ciência Política, UFRGS

André Moreira Cunha

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

Andrés Ernesto Ferrari Haines

Doutor em Economia, UFRGS

Antonio Ernani Martins Lima

Doutor em Economia, UFRGS

Ario Zimmermann

Mestre em Economia, UFRGS

Carlos Henrique Vasconcellos Horn

Doutor em Industrial Relations, London School of Economics and Political Science

Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto

Doutor em Economia, UNICAMP

Carlos Schönerwald

Doutor em Economia, University of Utah

Cláudio Francisco Accurso

Mestre em Economia, Escolatina, Chile

Daniela Dias Kühn

Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS

Duilio da Avila Bêrni

Doutor em Economia, University of Oxford

Eduardo Ernesto Filippi

Doutor em Economia Política, Université de Versailles

Fabian Scholze Domingues

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Fernando Ferrari Filho

Doutor em Economia, USP

Flávio Fligenspan

Doutor em Economia, UFRGS

Flavio Vasconcellos Comim

Doutor em Economia, University of Cambridge

Gabriela Peixoto Coelho de Souza

Doutora em Botânica, UFRGS

Gentil Corazza

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

Glaison Augusto Guerrero

Doutor em Economia, UFRGS

Glaucia Campregher

Doutora em Economia, UNICAMP

Glauco Schultz

Doutor em Agronegócios, UFRGS

Helio Afonso de Aguiar Filho

Doutor em Economia, UFRGS

Hélio Henkin

Doutor em Economia, UFRGS

Henrique Morrone

Doutor em Economia, University of Utah

Hermógenes Saviani Filho

Doutor em Economia, UFRGS

Jacqueline Angélica Hernández Haffner

Doutora em História Econômica, PUCRS

Janice Dornelles de Castro

Doutora em Saúde Coletiva, UNICAMP

João Armando Dessimon Machado

Doutor em Economia Agroalimentar, Universidade de Córdoba, Espanha

José Antônio Lummertz

Mestre em Economia, UFRGS

Julio Cesar de Oliveira

Doutor em Economia, UFRGS

Karen Sttallbaum

Mestre em Economia, UFRGS

Leandro Valiati

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Leonardo Xavier da Silva

Doutor em Economia, UFRGS

Leonel Toshio Clemente

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Lovois de Andrade Miguel

Doutor em Desenvolvimento Rural, Institut National Agronomique Paris-Grignon (INA-PG)

Luiz Augusto Faria

Doutor em Ciências, UFRJ

Luiza Peruffo

Doutora em Politics and International Studies, University of Cambridge

Maria Alice Lahorgue

Doutora em Economia pela Université de Paris 1

Maria Aparecida Grendene de Souza

Mestre em Economia, UFRGS, e Servidora aposentada do Banco Central do Brasil

Maria de Lurdes Furno da Silva

Doutora em Economia, UFRGS

Marcelo Antonio Conterato

Doutor em Desenvolvimento Rural, UFRGS

Mauricio Andrade Weiss

Doutor em Teoria Econômica, UNICAMP

Nilton Pinho de Bem

Doutor em Desenvolvimento Rural, UFRGS

Octavio A. C. Conceição

Doutor em Economia, UFRGS

Paulo D. Waquil

Doutor em Economia Agrícola, University of Wisconsin

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Doutor em Economia, USP

Ricardo Dathein

Doutor em Economia, UNICAMP

Róber Iturriet Avila

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Ronaldo Herrlein Jr.

Doutor em Economia, UNICAMP

Rumi Regina Kubo

Doutora em Antropologia Social, UFRGS

Sabino da Silva Porto Júnior

Doutor em Economia, UFRGS

Silvia Regina Feraboli

Doutora em Política e Estudos Internacionais, SOAS, University of London

Stéfano Florissi

Doutor em Economia, University of Illinois

Veronica Korber Gonçalves

Doutora em Relações Internacionais, UnB

Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro

Doutora em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Aderem como signatários (em ordem alfabética / atualizado em 7 de maio):

Adalmir Marquetti

Doutor em Economia, New School for Social Research
Professor da PUCRS

Adriano Vilela Sampaio

Doutor em Economia, Unicamp
Professor da UFF

Alberto Marcos Nogueira

Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS
Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Planejamento do RS

Alex Leonardi

Doutor em Agronegócios, UFRGS
Professor de Economia, FURG

Aline Gazola Hellmann

Doutora em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Allan Santin Garcia

Bacharel em Ciências Econômicas e Especialista em Gestão Pública, UFRGS
Funcionário público efetivo da Câmara Municipal de Porto Alegre

Alysson Lorenzon Portella

Doutorando em Economia, Insper

Ana Maria Rita Milani

Doutora em Economia, UFRGS
Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL

Anderson Tadeu Marques Cavalcante

Doutor em Economia, University of Cambridge
Professor da UFMG

Andre da Silva Pereira

Doutor em Economia, UFRGS
Professor da UPF

André Roncaglia

Doutor em Economia do Desenvolvimento, USP
Professor da EPPEN-UNIFESP e pesquisador do CEBRAP

Anelise Manganelli

Mestre em Economia, PUCRS
Técnica do DIEESE

Angela Welters

Doutora em Desenvolvimento Econômico, UNICAMP
Professora da UFPR

Augusto Neftali Corte de Oliveira

Doutor em Ciência Política, UFRGS
Professor da PUCRS

Benedito Tadeu César

Doutor em Ciências Sociais, Unicamp
Professor aposentado, UFRGS

Ben-Hur Petry

Mestrando em Economia, UFRGS

Caio César A. B. L. Silva

Mestrando em Economia Aplicada, Universidade Federal de Ouro Preto

Camille Amorim Leite Ribeiro

Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais, PPGEEI/UFRGS

Carlos Renato Ungaretti

Especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas, PPGEEI

Mestrando do PPGEEI/UFRGS

Carlos Roberto Gabriani

Doutor em Economia, UFRGS

Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFMS

Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó

Doutora em Economia, University College London

Professora da UFF

Cassiane Velho

Mestre em Engenharia de Produção, UFRGS

Professora do DCCA/UFRGS

Caterina Groposo Pavão

Doutora em Comunicação e Informação, UFRGS

Christian Velloso Kuhn

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Professor do Instituto Profecom

Clarissa Black

Doutora em Economia, UFRGS

Clesio Lourenço Xavier

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais, UFU

Clúvio Soares Terceiro

Doutor em Educação, UFRGS

Professor de Administração do IFRS, Campus Porto Alegre

Cristiano Trucolo Rodrigues

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

Cristina Pereira Vieceli

Doutoranda em Economia, UFRGS

Técnica do DIEESE

Daniela Magalhães Prates

Economista Sênior da Divisão de Globalização e Desenvolvimento da UNCTAD e

Professora Licenciada do Instituto de Economia da UNICAMP

Débora Machado Nunes

Doutoranda em Economia e Assistente pós-graduada de ensino, Colorado State University

Eliane Maria Severo Gonçalves

Especialista em Gestão de Bibliotecas Universitárias, UFRGS

Ely José de Mattos

Doutor em Economia, UFRGS

Fábio Henrique Bittes Terra

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UFABC

Felipe Santos Tostes

Doutor em Economia, UFF

Professor do Departamento de Economia, UFF/Campos

Felipe Resende Oliveira

Doutor em Economia, UFPE

Professor da UFMT

Fernanda Castilhos França de Vasconcellos

Doutoranda em Desenvolvimento Rural, UFRGS

Fernanda Feil

Doutoranda em Economia, UFF

Fernanda Ultremare

Doutora em Ciências Econômicas, UNICAMP

Professora da UFRN

Fernanda Valada

Mestre em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Indigenista Especializada, FUNAI

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

Professor da UFF

Flávio Vilela Vieira

Doutorado em Economia, University of New Hampshire

Professor do IERI-UFU

Flavio Tosi Feijó

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da FCE/UFRGS, em colaboração técnica na UnB

Gabriel Galípolo

Mestre em Economia, PUC-SP

Giliad de Souza Silva

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Unifesspa

Giovanni dos Santos

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

Graziele Araujo Silvestrin

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

Guilherme Grandi

Doutor em História Econômica, USP

Professor da FEA/USP

Gustavo Souto de Noronha

Doutorando em Economia, UFF

Economista do INCRA e professor da UNESA

Gustavo Teixeira Ferreira da Silva

Doutorando em Economia, UFF

Henrique de Abreu Grazziotin

Doutorando em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Herton Castiglioni Lopes

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UFFS

Iracema Keila Castelo Branco

Mestre em Economia, PUCRS

Economista da SEPLAG-RS

Ivan Colangelo Salomão

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UFPR

Jailson Coelho

Mestre em Economia, UFSC

Doutor em Engenharia de Produção- UFSC

Jonattan Rodriguez Castelli

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, UEMS

José Elesbão de Almeida

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UERN

José Miguel Pretto

Doutor em Políticas Sociais e Direitos Humanos, UCPEL

Júlia Teixeira Leal

Doutoranda em Economia, UFF

Julimar da Silva Bichara

Doutor em Ciências Econômicas, UAM, Espanha

Professor da Universidad Autónoma de Madrid

Julio Fernando Costa Santos

Doutor em Economia, UFU

Professor do IERI-UFU

Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Doutor em Ciências Econômica, Unicamp

Professor da UFSM

Leonardo Alexandre Peyré Tartaruga

Doutor em Ciências do Movimento Humano, UFRGS

Professor da UFRGS

Leonardo Beria Capuano

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

Lorena Holzmann

Doutora em Sociologia, USP

Professora aposentada da UFRGS

Lucas Brose

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

Luciane Franke

Doutoranda em Economia, UFRGS

Luciano Luiz Manarin D'Agostini

Doutor em Economia, UFPR
Professor do Instituto Federal do Paraná

Luiz Fernando de Paula

Doutor em Economia, UNICAMP
Professor do Instituto de Economia, UFRJ

Luiza Pecis Valenti

Doutoranda em Economia, UFRGS

Marcelo Mallet Siqueira Campos

Doutor em Economia, UFRGS
Professor do IFRS

Marcelo Marques

Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP e em Administração Pública pela EAESP-FGV

Pesquisador do CND-FGV

Marco Antonio Macerata

Especialista em Gestão de Saúde Pública Baseada em Evidências – Hospital Sírio Libanês SP Administrador aposentado da SMS-POA-RS.

Marco Flávio da Cunha Resende

Doutor em Economia, Universidade de Brasília
Professor da UFMG

Marcos Paulo da Silva Falleiro

Doutorando em Economia, UFRGS

Marcos Tadeu Caputi Lélis

Doutor em Economia, UFRGS
Professor da UNISINOS

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Doutora em Monnaie, Finance et Banques, Université de Paris X
Professora da Universidade de Brasília

Maria Luiza Saraiva Pereira

Doutora em Genética Molecular, King's College, Londres
Professora da UFRGS

Maria Tereza Blanco Strohschoen

Mestranda em Políticas Públicas, UFRGS
Graduanda em Ciências Econômicas, UFRGS

Nadia Bogoni

Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração
Professora UPF

Nathalia Barbosa de Oliveira

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

Natasha Pergher Silva

Doutoranda em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Niemeyer Almeida Filho

Doutor em economia, IE-UNICAMP
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU

Orlando Martinelli

Doutor em Ciências Econômicas, UNICAMP

Professor da UFSM

Paulo Henrique Eccel de Araújo

Mestre em Economia, UFRGS

Paulo Gala

Doutor em Economia de Empresas, FGV-SP

Professor da FGV-SP

Rafael Caminha Pahim

Mestrando em Desenvolvimento Econômico, UFRGS

Pesquisador do CNPq

Rafael Leão

Doutorando em Administração Pública e Governo, EAESP-FGV

Pesquisador do CND-FVG

Rafael Zunino Marques

Mestre em Economia, UFRGS

Docente na UniLaSalle

Rejane Maria Alievi

Doutora em Administração, UFRGS

Rodrigo Morem da Costa

Doutor em Economia, UFRGS

Economista da SEPLAG-RS

Rogério Chimanski da Fontoura

Mestrando em economia, UFRGS

Sarita Mercedes Fernandez

Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS

Simone Deos

Professora do Instituto de Economia da Unicamp

Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes

Doutor em Economia, UFMG

Professor na UNIFACS

Thiago Melo Antonioli

Doutorando em Economia, UFF

Tomás Amaral Torezan

Doutor em Economia, UFRGS

Analista Pesquisador da SEPLAG-RS

Vinicius Brandão

Doutorando em Economia, UFF

Virginia Rolla Donoso

Mestre em Economia, UFRGS

Membro da coordenação técnica do site Democracia e Mundo do Trabalho

APOIOS

Novos apoios de professores universitários e pesquisadores de qualquer área ou instituição (ativos ou aposentados), bem como de bacharéis, mestrandos e doutorandos

do campo da Economia, estão sendo recebidos por este formulário: <https://forms.gle/UZucH1Fwfu26uv6BA>.